



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PRODUÇÃO DE FRANGO CAIPIRA NO EMPREENHIMENTO SOLIDÁRIO NA GLEBA MERCEDES V

Nilso Francio

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
nfrancio@unemat-net.br

Gildete Evangelista da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
domgill60@gmail.com

Geovane Paulo Sornberger

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
gps@unemat.br

1. Introdução

O modelo de desenvolvimento econômico do qual é dependente a grande maioria da sociedade, se traduz simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores limitados desta sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população. Cenário este, marcado pelos aspectos da globalização que afeta acentuadamente as questões sociais ao passo que provocam alterações nas relações de consumo, nos mercados, nas finanças, nos sistemas de informação, nas comunicações e nos valores culturais.

Muitos países emergentes – e este é o caso do Brasil – não conseguiram ser eficazes na conciliação entre o desenvolvimento econômico e social, gerando uma massa de excluídos e, conseqüentemente, debates em torno da questão social. Para Wanderley (2008), essa situação de disparidade social resulta de particularidades assumidas pelo Brasil, decorrentes dos modos de desenvolvimento que têm constituído a sociedade brasileira. A concentração de poder e de riqueza fez a pobreza atingir parcela significativa da população.

O meio rural brasileiro, também integra essa constatação, na medida em que pode ser caracterizado pelos grandes latifúndios, a monocultura e a exploração irracional dos recursos naturais em contraste com as conseqüentes dificuldades econômicas, sociais, educacionais e ambientais vivenciadas pelas comunidades excluídas deste modelo de produção. Schneider (2003) aponta ter havido uma retomada dos estudos acerca dos problemas agrários e rurais no Brasil, na década de 1990, quando pesquisadores abriram a discussão sobre os impasses e as possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos e, em contrapartida, sobre as questões dos impactos da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

revolução tecnológica e das migrações. A agricultura familiar faz parte desse contexto, em que a preocupação acerca do trabalho e da renda na agricultura familiar tem motivado vários estudos que contribuíram para a afirmação e o reconhecimento da agricultura familiar no meio acadêmico.

Também nessa temática, o presente projeto visa dar uma resposta ao problema do desemprego e exploração irracional dos recursos naturais, na região norte do Estado de Mato Grosso, pelo latifúndio e monocultura, e as conseqüentes dificuldades econômicas, sociais, educacionais e ambientais vivenciadas pelos grupos sociais que estão a margem desse modelo de desenvolvimento.

Para tanto, foi elaborado um projeto de extensão no Assentamento Wesley Manoel dos Santos, localizado na Gleba Mercedes V, município de Sinop, MT com 20 pequenos produtores da Associação Córrego Fundo, e, ao tratar dessas questões, procurou-se relacioná-las com as possibilidades contidas na economia solidária, que surge como alternativa de superação do desemprego e da exclusão social quando grupos sociais se unem em busca de soluções para seus problemas. Nesse sentido, objetivou-se organizar as atividades econômicas daquele grupo segundo os princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. A atividade de engorda de frango caipira passa a ser interpretada como uma alternativa viável para a geração de trabalho e renda àquela comunidade e conseqüentemente, entendida como forma de promover o desenvolvimento sustentável.

Para o desenvolvimento do projeto foi realizado um diagnóstico local e desenvolvidas as atividades de capacitação aos pequenos produtores nas áreas de associativismo, controles gerenciais básicos, desenvolvimento sustentável visando a formação de grupos para produção de frango caipira utilizando os conhecimentos adquiridos a partir das capacitações desenvolvidas.

2. Referencial teórico

No início de 1930 no Brasil, se iniciam as transformações do mundo do trabalho, com a implantação de direitos trabalhistas e o início das transformações na agricultura brasileira com a população se deslocando do campo para a cidade.

Essas transformações, a partir dos anos 1950, começam com a revolução tecnológica no campo. O governo começa a estimular, através de financiamentos subsidiados por bancos oficiais e dos bancos particulares, a modernização tecnológica



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

com a mecanização das grandes fazendas principalmente com incentivos e estímulos à substituição dos cafezais velhos e deficitários de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, por outros cultivos ou por pastagens. A erradicação do programa do café se completou no início dos anos sessenta quando os cafezais antigos, de baixa produtividade e de cafés de má qualidade e pouca aceitação no mercado, foram substituídos por outras qualidades de plantas, uma vez que a ideia de reduzir as área de plantio e promover a produção de cafés finos para o mercado internacional (MARTINS, 2008).

Na década de 1960, com a implantação de indústrias no Brasil, houve estímulo para a população rural se deslocar para os grandes centros comerciais para atender a demanda de mão de obra do setor industrial. A população rural se desloca para os centros comerciais em busca de trabalho e renda para a família.

Nos anos 1970 e 1980, a crise econômica com a alta da inflação, o déficit público e dívida externa, fez com que o crédito fosse restrito e os valores disponibilizados para as indústrias e o desenvolvimento da agropecuária brasileira foram restringidos a valores impostos pelos acordos do Governo Federal com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Deste modo, o Governo deveria reduzir os investimentos para controle da inflação e redução do déficit público.

Com a redução dos recursos para investimentos as indústrias iniciam a redução de trabalhadores nas empresas e os trabalhadores se vêem diante de uma situação de desemprego, num país onde houve fortes estímulos para a população rural se deslocar para as cidades. Esta nova realidade brasileira tem enormes consequências sociais para o povo que agora está em situação de dificuldade para sustentar suas famílias.

As famílias iniciam um processo de retorno ao campo. Todavia, depois de duas décadas ausentes de suas regiões, seus antigos espaços já estavam ocupados pelas famílias que ficaram no campo e se ramificaram. Não encontrando lugar para fixar residências nem a oportunidade para o sustento próprio e de seus entes os trabalhadores iniciam um processo de acampamento à beira das rodovias e das fazendas improdutivas.

O Estado estimula a reforma agrária para diminuir a pressão dos trabalhadores sobre a questão do trabalho e renda. Foram criados na década de 1970 e 1980, centenas de assentamentos no Brasil para suprir a crise do emprego. As famílias foram deslocadas principalmente das regiões sul, sudeste e nordeste do país para novos pólos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de desenvolvimento, principalmente na Amazônia onde projetos de colonização público e privado foram criados para estímulo ao desenvolvimento da Amazônia.

Os projetos privados, na sua maioria tiveram êxitos, por causa dos incentivos fiscais e da política de crédito existentes no Brasil. Os projetos públicos, por sua vez, foram apenas criados pelo Estado, todavia, sem o apoio deste, em sua maioria não obtiveram êxitos.

Para Martins (2008, p. 74), a questão agrária não está apenas na concentração fundiária, ela está também em suas consequências sociais urbanas:

E uma questão agrária porque há no país uma alta e, sobretudo, irracional concentração da propriedade da terra, inutilmente, nas mãos de uma população muito diminuta de grandes proprietários. Esses proprietários usam suas terras, quando as usam de modo economicamente correto, estimulados pelo Estado, através do emprego de tecnologia sofisticada, de altos financiamentos subsidiados, etc. Além disso, no geral, essa gente descobriu que a terra é reserva de valor e pode ser utilizada como meio de especulação. A propriedade da terra, em nosso país, tende a ser especulativa, seja na mão do rico, seja na mão do pobre, quando a consegue. Isso não depende das pessoas. A escassez relativa da terra é que faz com que ela possa ser facilmente instrumento de especulação. As elites, as pessoas ricas do país, em parte vivem dessa espécie de tributo que a sociedade inteira é obrigada a pagar a elas para terem acesso à terra ou mesmo aos frutos da terra. É que os clássicos da economia chamavam de renda da terra. As nossas elites tendem a ser mais repentistas do que produtivas, o que é bem diferente das elites que o capitalismo criou nos países desenvolvidos.

A reforma agrária poderia absorver os impactos negativos do modelo de desenvolvimento excludente e gerador de miséria e constituir-se num programa de tecnologia intermediária entre a agricultura tradicional e a agricultura moderna. As experiências dos produtores da comunidade pesquisada indicam que é possível recriar e estimular um modo de vida alternativo para as famílias, sem degradação do meio ambiente (MARTINS, 2008).

Segundo Ianni (1997, p. 167), desde que se acelerou o processo de globalização do mundo:

Modificaram-se as noções de espaço e tempo. A crescente agilização das comunicações, mercados, fluxos de capitais e tecnologias, intercâmbios de ideias e imagens modifica os parâmetros herdados sobre a realidade social, o modo de ser das coisas, o andamento do devir. As forasteiras parecem dissolver-se. As nações integram-se e desintegram-se. Algumas transformações sociais, em escalas nacional e mundial, fazem ressurgir fatos que pareciam esquecidos, anacrônicos. Simultaneamente, revelam-se outras realidades, abram-se outros horizontes.

E nesse contexto, visto assim em escala global, que se revelam novas formas sociais do espaço e tempo. São múltiplas, novas e retiradas, as formas do espaço e tempo desvendadas pelos desdobramentos da globalização: o local e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

o global, o micro e o macro, a homogeneidade e a diversidade, a primazia do presente e a recriação do passado, a contemporaneidade e a não contemporaneidade, o norte e o sul, o Ocidente e o Oriente, o real e o virtual, a experiência e o simulacro, a desterritorialização e a miniaturização, a mensagem e o videoclipe, a velocidade e o instante, o fugaz e o silêncio.

A globalização acentua as desigualdades de trabalho e renda. De acordo com Wanderley (2008, p. 111) “não se percebe vontade dos governantes para solucionar a questão agrária”. Para o autor, medidas paliativas e localizadas impedem uma política transformadora. Em contrapartida, a crescente mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais e a adoção de estratégias e táticas de lutas inovadoras, que trazem maior violência, simultaneamente, representam conscientização da questão social.

As desigualdades de renda total¹ entre agricultura familiar e patronal apresentam uma grande diferenciação, pois a renda patronal é superior à encontrada entre os agricultores familiares. Essa diversidade ocorre em diferentes regiões, em uma mesma categoria. Conforme dados do INCRA/FAO (2000), a renda total anual da agricultura patronal no Centro-Oeste é de R\$ 33.164,00, enquanto a da agricultura familiar é de R\$ 4.074,00. Na categoria familiar, a diferença entre a região Nordeste e as demais regiões do país é de duas a quatro vezes. Na categoria patronal, essa diferenciação é de uma a três vezes.

Segundo dados do INCRA/FAO (2000), a renda total por estabelecimento da agricultura familiar do Centro-Oeste é menor que a da região Sul e maior que a da região Nordeste. As desigualdades de renda também se apresentam na comparação da pequena com a grande produção. Uma das alternativas para a pequena produção é unir forças, formar associações e cooperativas de produtores para agregação de valor à sua produção.

A renda, o lucro e a reprodução econômica são necessidades que precisam ser organizadas na agricultura familiar. A comercialização dos produtos faz parte da organização e do gerenciamento da produção. É importante considerar que na agricultura familiar existe uma unidade social em que o trabalho e a produção são partes relevantes das estratégias de reprodução (não apenas econômica) das famílias

¹ Segundo o INCRA/FAO (2000), a renda total da agricultura familiar é obtida pela soma do valor bruto da produção colhida/obtida de todos os produtos animais e vegetais mais o valor da produção da indústria rural, menos o valor total das despesas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

(ABRAMOVAY, 1998).

Segundo o autor (1998), as unidades familiares possuem condições de abrir caminho para a organização social e a incorporação dos valores e da prática da cidadania à vida no campo. O conjunto de instituições que valorizam o espaço e as oportunidades de geração de renda deve garantir uma articulação, decisiva, na organização das atividades da agricultura familiar.

No contexto econômico e social atual, o agricultor familiar possui resistência para se adaptar à nova realidade de mercado. Romper com a agricultura tradicional é buscar um processo de mudanças que afetam a forma de produzir e a vida social das famílias.

Para Wanderley (2004, p. 48)

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão.

Mesmo integrada ao mercado, a agricultura familiar continua de subsistência. As famílias procuram, entretanto, diversificar sua produção a fim de ampliar a geração de renda. Ao mesmo tempo, os filhos adultos dessas famílias de agricultores buscam sua autonomia, com outros afazeres, não vinculados à agricultura, embora permaneçam morando com seus pais. A mulher por sua vez, geralmente trabalha externamente para melhorar a renda da família. Os homens solteiros, geralmente, procuram adquirir alguns bens para constituição de uma nova família.

A agricultura familiar está no centro das atenções atuais da sociedade brasileira. Os agricultores familiares estão buscando novas formas de configuração de vida social, procurando se organizar em grupos para conquistar seus espaços nos processos produtivos e nas relações de trabalho.

De acordo com Wanderley (2009, p. 44):

Ela assume especial relevo a preservação do patrimônio natural, a quantidade e a qualidade dos alimentos, as demandas de segurança alimentar, a adequação dos processos produtivos e a equidade das relações de trabalho. Da mesma forma, trata-se de afirmar novas configurações de vida social que,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

vencendo o isolamento que empobrece e estiola as relações humanas, evitem as formas degradadas de muitas das aglomerações urbanas. O grande desafio consiste na busca de outras maneiras de produzir, que não agridam nem destruam a natureza, que valorizem o trabalho humano e contribuam efetivamente para o bem-estar das populações dos campos e das cidades. Os agricultores familiares, em sua grande diversidade, têm feito sua parte: acumularam em sua história experiências virtuosas com o trato da terra e da água, foram capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vista, conquistaram aliados para suas causas e aprenderam a dialogar com instituições as mais diversas.

O desafio dos agricultores familiares, para a sociedade e para eles próprios, é a busca por novas maneiras de produzir que não agridam a natureza, em que o trabalho humano seja valorizado e em que suas atividades contribuam para o bem-estar das populações do campo e da cidade. Grande parte das famílias têm procurado preservar os recursos da terra, da água e da floresta e buscam apoio em instituições para aperfeiçoarem seus métodos de produção. De outra parte, sua dificuldade de integrar o coletivo e o individual decorre do seu sistema tradicional, essencialmente familiar, e da predominância dos valores individuais herdados do capitalismo, influenciando as decisões na formação do coletivo (SCOPINHO, 2006).

A cooperação, em tese, possibilita novas formas solidárias e agroecológicas de produzir na terra e formar redes de convivência social, melhorando a infraestrutura das comunidades. De acordo com Gaiger (2006), o fator trabalho é passível de assumir um caráter socialmente cooperativo se for incorporado às necessidades coletivas de um grupo. A racionalidade vinculada a interesses pessoais, entretanto, interfere no estabelecimento de mecanismos duráveis de reciprocidade.

Uma das possibilidades dos trabalhadores assentados nas demandas sociais são as relações de cooperação entre as famílias. De acordo com Jesus e Tiriba (2009, p. 80), a cooperação é entendida como:

A base de relações econômico-sociais que os trabalhadores associados pretendem estabelecer no processo de trabalho. Denota um valor ético-político, resultante de uma visão de mundo e de ser humano que atribui ao sujeito coletivo a disposição, o empenho, a solidariedade, o compromisso de apoiar, de fazer com, de produzir com, de tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um dos sujeitos ou instituições envolvidas.

Essas alternativas coletivas, por conseguinte, podem ser relacionadas à economia solidária. A economia solidária tem sido hoje um conceito amplamente utilizado, com significados que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

individualismo que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado (GAIGER e LAVILLE, 2009). Esse termo foi criado na década de 1990 quando:

Por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária ampliam-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade etc. (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

Esse modelo de economia passa a ter importante papel no combate ao desemprego pelo fato de ser um instrumento de inserção social e por meio do qual se dá a organização dos jovens e dos trabalhadores desempregados, com o intuito de gerar trabalho e renda para as famílias do meio rural. Os estudos realizados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco e Ceará, de acordo com Gaiger (2004), demonstram que os empreendimentos pesquisados cultivam formas democráticas e participativas de gestão, propriedade coletiva dos meios de produção, grau de cooperação no trabalho e ambiente de confiança.

Os estudos de Laville e Gaiger (2009, p. 166) afirmam que:

Quando os experimentos coletivos convertem-se em *comunidades de trabalho*, instituem uma racionalidade na qual a atividade econômica funciona como meio para a consecução de outros fins. As novas tensões dialéticas entre os indivíduos e sua coletividade de pertença dão vigor a uma identidade propriamente social, no sentido de estar referida a aspirações de indivíduos-em-relação e a uma visão que tende a integrar as dimensões da vida humana (grifo dos autores).

A economia solidária faz parte de movimentos sociais mais amplos e de uma intensa corrente que luta pela reintegração das atividades econômicas nas relações sociais, por meio da desmercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. Para Lisboa (2003), talvez nunca encontremos uma solução para a pequena produção, mas com certeza ela não dista da percepção de que a administração sinérgica dos recursos da terra é o caminho para uma sociedade sustentável, livre e criativa.

Laville e Gaiger (2009, p. 166) frisam essa disposição da economia solidária:

Dinamizar redes de interação participativas concede um conteúdo político à inserção local das suas iniciativas. Estendidas ao seu entorno, as práticas de autogestão promovem sistemas mais amplos de reciprocidade, nos quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

noções de justiça e de interesse público. A capacidade de produzir mudanças, a partir da livre associação, depende ainda das articulações construídas com o poder público, único foro em condições de legislar sobre normas redistributivas em favor da equidade. Mediante sua projeção na esfera pública, por meio da participação cidadã, a economia solidária qualifica-se como um ator da *solidariedade democrática* (grifo dos autores)².

A observação exploratória realizada na comunidade Córrego Fundo deixou transparecer o interesse pela participação comunitária e pelo estabelecimento de vínculos de cooperação entre as famílias. Assim, pelo visto até o momento, podem existir, mesmo embrionariamente, ou serem criadas, alternativas de trabalho e renda por intermédio da participação dos membros da comunidade, segundo as práticas agora impulsionadas pela economia solidária. Essa nova modalidade tornar-se-ia, então, um laço de união da comunidade. Novamente, Laville e Gaiger (2009, p. 167) afirmam:

Enquanto a economia solidária mantiver seu poder de atração e suas iniciativas assumirem uma racionalidade própria, na qual passa a ser lógico cooperar com outros, as chances de degeneração serão menores. Esse desfecho não é, portanto, uma fatalidade. As alternativas constroem-se nas dialéticas do próprio sistema que combatem. Por não se submeter à lei férrea da acumulação ampliada, a economia solidária pode expandir-se em setores de baixo interesse para o mercado, mas de importância social inquestionável, como os serviços de proximidade e os sistemas locais de produção.

A economia solidária cumpre seu papel de democratizar as relações de trabalho e tem servido como alternativa de geração de renda para as famílias por meio da organização formal ou informal dos agricultores familiares.

3. Metodologia

Para dar conta dos objetivos do projeto de extensão, foi realizado um levantamento geral de informações sobre as características das famílias, por meio de um questionário com questões fechadas das famílias da comunidade Córrego Fundo. Segundo Creswell (2007, p. 161), uma pesquisa por meio de levantamento dá uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, atitudes ou opiniões de uma população, ao estudar uma amostra desse grupo. A partir dos resultados da amostragem, o pesquisador generaliza ou faz alegações acerca da população.

² Para Laville (2009, p. 313), a solidariedade democrática reinsere a economia em seu papel de meio destinado a atingir fins de justiça social e de sustentabilidade ecológica. Não pode se limitar ao nível nacional e ao trabalho; continuando presente nesses planos, ela somente pode atingir sua finalidade de justiça abrindo-se aos níveis local e internacional, sendo exercida sempre em favor dos pobres e entre as gerações.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Com os resultados do diagnóstico serão preparadas e realizadas ações de educação ambiental e de capacitação dos pequenos produtores integrantes da comunidade nas áreas de associativismo, controles gerenciais básicos, desenvolvimento sustentável visando a formação de grupos para produção de frango caipira utilizando os conhecimentos adquiridos a partir das capacitações desenvolvidas que irão compor posteriormente um plano de desenvolvimento de forma sustentável.

4. Análise preliminar dos resultados

O presente estudo foi realizado na Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Córrego Fundo pertencente ao Assentamento Wesley Manoel dos Santos, criado em 21 de novembro de 1997, com uma área total de 38.291 ha, no município de Tapurah. Posteriormente, no ano de 2002, passou a pertencer à área do município de Sinop, terra adquirida pelo INCRA e de propriedade da empresa Sequóia Administração e Empreendimentos Ltda.. A desapropriação do imóvel se deu por interesse social, quando o INCRA, após vários estudos, concluiu que o tamanho da parcela de terras para cada assentado seria de aproximadamente 70 ha, perfazendo um total de 500 lotes rurais, nos quais foram assentadas inicialmente 497 famílias. Três lotes foram reservados para outro projeto futuro que poderia talvez vir a ser uma escola agrícola.

A Associação Córrego Fundo, criada em 2005 com 20 membros, procura realizar suas atividades de forma coletiva. Os produtores reúnem-se mensalmente para tratar de assuntos de interesse. Com a formação do grupo, foram adquiridos um resfriador para armazenamento da produção pecuária de leite com capacidade de 2000 litros, além de um equipamento para realizar inseminação artificial. Também possibilitou o recebimento de outro resfriador proveniente do Estado em 2009, para ampliação da produção; além de cursos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), dentre eles o de produção de frango caipira. A comunidade por meio da Associação compra os animais (pintinhos) a preços diferenciados e adquire calcário em grupo.

Em outubro de 2010, a Associação integrou-se à Rede Mato-grossense de Educação e Socioeconomia Solidária³ (REMSOL). Estão articulados com a rede, mas

³ A REMSOL surgiu em agosto de 2003 e foi fundada no Fórum Estadual de Socioeconomia Solidária em Cáceres, MT como um dos resultados do I EMESOL – Encontro Mato-grossense de Educação e Socioeconomia Solidária. Este encontro foi organizado pela UNEMAT (Universidade do Estado de Mato



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

não possuem atividades produtivas para comercialização. O interesse é apoiar a comunidade de acordo com os objetivos da rede, buscando alternativas para os produtores da comunidade.

As atividades desempenhas pelos integrantes da equipe do projeto de extensão na comunidade constituíram-se de um diagnóstico dos produtores; participação em reuniões mensais envolvendo a capacitação destes produtores, nos temas voltados ao associativismo, cooperativismo e economia solidária, controles gerenciais básicos para a produção agropecuária e, posteriormente, evoluir sobre os aspectos de comercialização dos produtos produzidos nas propriedades.

As atividades produtivas de produção de frango caipira foram iniciadas em 2009, com o curso realizado pelo SENAR. Este curso estimulou a produção de frango na comunidade com nove produtores interessados na engorda. A Associação contribui na compra coletiva dos animais a preços menores que os praticados no comércio local. Esses produtores construíram os espaços reservados para a produção conforme recomendação técnica recebida.

Em média, os produtores iniciaram suas atividades com a compra de 150 animais para cada uma das propriedades. Durante a produção do primeiro lote (período 120 dias) alguns produtores tiveram dificuldades em manter alimentação complementar (grama, hortaliças, mandioca, etc). A partir do segundo lote, quatro produtores deixaram de produzir os frangos devido às dificuldades vivenciadas no transporte da produção até os locais de venda e posterior comercialização. Em janeiro de 2011, dois produtores permanecem com as atividades de produção de frango caipira, garantindo uma renda complementar para suas famílias.

As principais dificuldades relatadas pelos produtores foram: o transporte da matéria-prima para alimentação dos animais; alimentação complementar para os animais; e, o transporte da produção até os locais de venda e sua posterior comercialização. Os fatores positivos apontados pelas famílias foram: a rentabilidade sobre o investimento realizado e a aceitação do frango caipira no comércio municipal pela produção diferenciada (orgânica).

Grosso) em parceria com a FASE, MT (Federação de Órgãos para Assistência Social), ARPA (Associação Regional de Produtores Agroecológicos), STTR (Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais de Cáceres), SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública de Mato Grosso). Atua em vários municípios do Estado de Mato Grosso.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

5. Considerações finais

A adesão da Associação Córrego Fundo ao grupo da REMSOL irá dinamizar as redes de interação participativa, inserindo as iniciativas da comunidade na rede de cooperação entre os demais grupos da rede.

As atividades a serem organizadas pela equipe do projeto de extensão constituem a organização da produção de frango caipira na comunidade, com o intuito de que as famílias consigam obter renda com a produção. Dessa forma, as práticas comunitárias desenvolvidas pela comunidade em questão conduzem ao trabalho de cooperação, autogestão e solidariedade entre os membros.

Por outro lado, os aspectos relacionados ao fortalecimento da comercialização, precisam ainda ser difundidos entre os produtores. Há mercado consumidor que demande os produtos. Contudo, as questões de infraestrutura atreladas à comercialização precisam ser orientadas pela equipe do projeto.

A provocação dos agricultores familiares da comunidade Córrego Fundo, para a sociedade e para eles próprios, é no sentido de buscar novas maneiras de produzir que não agridam o meio ambiente e que o trabalho das famílias em questão, seja valorizado e as atividades produtivas contribuam para o bem-estar das populações do campo e da cidade, melhorando assim, a qualidade de vida de sociedade de modo geral.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**: v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm>. Acesso em: 18 de dez. 2009

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Revista quadrimestral de Ciências Sociais edificada pelo Centro Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia** (Caderno CRH). Salvador: n. 39, jul/dez, 2003. p. 181-211. Disponível em:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

<<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

_____. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Portugal: v. 79, p. 57-77, 2007.

_____. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Outra Economia** (Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria): v. II, n. 3, 2º semestre/2008. Disponível em:
<<http://www.riless.org/otraeconomia>>. Acesso em: 02 jan. 2010.

_____. Empreendimento Econômico Solidário. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 181-187.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____. **Teorias da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília: fev. 2000. Disponível em:
<www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman...doc>. Acesso em: 07 dez. 2009.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 80-85.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio Germany. Economia Solidária. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168.

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 310-314.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Disponível em:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

<<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 26 set. 2009.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. v. 15. n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em: 15 out. 2010.

POCHMANN, Márcio. Nova política de inclusão socioeconômica. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília: Unesco, 2004. p. 75-85.

SCOPINHO, R. A. Controle do trabalho e condições de vida em assentamentos rurais: possibilidades e limites da cooperação autogestionária. In: **VII Congresso Latino Americano de Sociología Rural**, 2006, Quito, Equador. VII Congresso Latino Americano de Sociología Rural. Quito, Equador : ALASRU, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdalasru2006/09%20GT%20Rosemeire%20Aparecida%20Scopinho.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

_____. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia e Sociedade**: v. 19, p. 84-94, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

_____. Trabalho, cooperação e condições de vida em assentamentos rurais. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 21, p. 119-141, 2009. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3019154>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008. p. 55-166.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004. Disponível em : <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

_____. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas** (Impresso), v. espec., p. 33-46, 2009. Disponível em: <http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=238382&a_id=211&a_seq=0>. Acesso em: 12 ago. 2010.